



MOÇÃO Nº 11

MOÇÃO CONTRA A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DE CRIANÇAS E JOVENS

As entidades científicas nacionais de Educação e demais entidades nacionais de professores, alunos e trabalhadores vêm manifestar o seu repúdio à adoção e institucionalização de uma avaliação em larga escala de habilidades a não cognitivas de crianças e jovens, no âmbito de iniciativas da avaliação em larga escala em curso no Brasil.

Trata-se de rejeitar a adoção, como política pública, do programa de medição de competências socioemocionais, denominado SENNA (Social and Emotional or NonCognitive Nationwide Assessment), produto de iniciativa do Instituto Ayrton Senna em parceria com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O Ministério da Educação (MEC), em parceria firmada com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão ligado ao MEC, e o Instituto Ayrton Senna (IAS) criou também o Programa de Formação de Pesquisadores e Professores no Campo das Competências Socioemocionais.

Consideramos que as ações e estratégias que balizam as políticas e, conseqüentemente os exames, não são neutras nem destituídas de valores, mas correspondem e apontam para um ideal de sociedade que precisa ser democraticamente debatido. As questões da avaliação são questões de currículo e, portanto, arena política, ideológica, cultural e de poder.

Entendemos que o desenvolvimento de crianças e jovens extrapola a dimensão cognitiva e o reconhecimento de que no contexto escolar são trabalhadas atitudes e valores não autoriza a proposição de tomar aspectos relativos ao desenvolvimento socioemocional dos estudantes como objeto de avaliação em larga escala.

O desenvolvimento socioemocional ou socioafetivo é, assim como o cognitivo, um processo de construção do sujeito, intermediado por questões sociais, culturais, ambientais que não podem ser medido por meio de itens de testes de larga escala. O que se intenta é torná-lo mensurável e quantificável para apoiar classificações.

Historicamente, as entidades nacionais na Educação têm pautado sua luta na defesa da educação pública, universal, democrática e socialmente qualificada. E, nesse sentido, questiona-se o que significa uma instituição privada definir o “conteúdo da educação” por meio de avaliações. Se, por um lado, avançamos no acesso à educação, por outro, há no país o avanço da privatização do público e da naturalização das perdas da democratização da educação.

Com base nessas ponderações, consideramos inadequada e inaceitável a institucionalização de uma avaliação em larga escala de habilidades socioemocionais de crianças e jovens, no âmbito de iniciativas de avaliação em larga escala da Educação Básica, uma vez que poderá vir a reforçar a seletividade e exclusão, escolar e social.

Brasília, 21 de novembro de 2014.

Proponente: Anped/Cedes

Signatários: CONTEE, CONTAG, UBES, CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, FINEDUCA, CONFETAM, FÓRUMS DE EJA DO BRASIL, CNTE, ANPED, CUT, CTB, UNE, ANFOPE/FNE, ABGLT, CEDES.

Destinatários: Presidência da República; Ministério da Educação (Ministro); SEB; SETEC; Câmara Federal e Senado; Capes/MEC.